



UBEC

UNIÃO BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO CATÓLICA

Demonstrações Financeiras do Grupo UBEC

União Brasileira de Educação Católica

Em 31 de dezembro de 2020

com relatório do auditor independente

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	8
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado.....	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17
Parecer do Conselho Fiscal.....	66

Ao Conselho de Administração e Assembleia Geral

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração UBEC apresenta-lhes o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

1. Mensagem do Conselho de Administração

Frente as mudanças profundas no cenário macroeconômico e os impactos causados pela pandemia, que caminham em uma recuperação lenta e gradativa graças ao avanço da ciência na busca por vacinas, das alterações recentes no marco regulatório do ensino superior, das modificações na legislação trabalhista, das restrições do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e da ampliação da concorrência, o desempenho da UBEC em 2020, apesar de todas as adversidades, apresentou expressiva melhora quando comparado com o ano anterior. De certa forma, isso demonstra que as ações tomadas recentemente foram adequadas e que estamos no caminho correto, mas reforçando a necessidade de rever os mecanismos de planejamento, execução e acompanhamento das estratégias e das ações desenvolvidas, em especial àquelas voltadas para os processos acadêmicos, pedagógicos, administrativos e financeiros, especialmente na aplicação de soluções tecnológicas para melhorar a performance e atender as necessidades dos discentes e colaboradores. A UBEC e suas Unidades de Missão, no decorrer do ano de 2020, conviveram com a redução da base de alunos, conseqüente diminuição da Receita Líquida de Serviços, contudo houve uma forte redução nas Despesas com Pessoal e Despesas Gerais e Administrativas, permitindo um Resultado Operacional de R\$ 32 milhões em 2020, contra R\$ 2 milhões de déficit em 2019. Apesar das dificuldades conjunturais, cabe destacar: (1) a liquidez imediata de 0,63; (2) investimentos em Ativo Imobilizado de R\$ 11 milhões e onde mesmo com um resultado econômico deficitário, mas melhor que 2019, a UBEC manteve o (3) EBTIDA em 15 milhões. Essas conquistas só foram possíveis devido ao comprometimento dos dirigentes, do corpo docente e administrativo da Mantenedora e das Unidades de Missão em realizar as suas atribuições da melhor maneira possível, trabalhando para perenidade do Grupo UBEC.

2. A União Brasileira de Educação Católica - UBEC

2.1. Visão Geral

A União Brasileira de Educação Católica - UBEC, fundada em 8 de agosto de 1972, é uma associação civil, confessional, de direito privado e de caráter assistencial, educacional, filantrópico e sem fins econômicos.

A UBEC é formada por cinco Congregações Religiosas, com experiência secular em educação, e um Instituto: (1) Inspeção Madre Mazzarello (IMM), da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora; (2) Sociedade Porvir Científico (SPC), Província La Salle Brasil-Chile, do Instituto dos Irmãos das Escolas

Cristãs (Lassalistas); (3) União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), Província Marista Brasil Centro-Norte, do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas; (4) Inspeção São João Bosco (ISJB), dos Padres e Irmãos Salesianos de Dom Bosco; (5) Associação Planalto de Assistência e Instrução Popular (ASPLA), Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo; (6) Instituto Católico de Minas Gerais (ICMG).

Dessa união de forças e experiências das Congregações Religiosas que se dedicavam ao ensino na Capital Federal, surgiu o propósito de se fundar a Universidade Católica de Brasília (UCB).

2.2. Objetivos estatutários

- Manter estabelecimentos de Ensino, em todos os níveis e as modalidades.
- Criar, manter e desenvolver atividades para assegurar sua sustentabilidade e qualificação de seus serviços.
- Promover ações assistenciais e de prestação de serviços.
- Manter, em parceria com o Poder Público e/ou outras entidades, programas de enfrentamento à pobreza e provimento de condições para atender às contingências sociais.
- Manter/gerir obras sociais, centros de saúde e hospitalares, centros de formação, centros culturais, meios de comunicação social, editoração, projetos esportivos e outros, que se enquadrem em seus Princípios Fundantes, suas Finalidades e sua Missão.
- Editar materiais didático-pedagógicos e de comunicação, como: livros, apostilas, revistas, jornais, audiovisuais, tecnologia de informação e mídias de rádio e televisão.
- Incentivar a produção de insumos de qualquer ordem, inclusive agroindustriais, nos Cursos Técnicos e Superiores e nos serviços prestados, revertendo o resultado para os fins institucionais.
- Desenvolver projetos que visem à proteção do meio-ambiente.
- Criar, manter, congregar, orientar, assessorar, dirigir, planejar, incorporar, cindir e promover ações conjuntas com Obras e Instituições, que atuem no âmbito da educação, do ensino, da pesquisa, da saúde e da assistência social, do meio ambiente, dos meios de comunicação social e das emissoras de rádio e televisão.
- Celebrar contratos, convênios, contratos de gestão, acordos, termo de parceria, de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação brasileira.

2.3. Modelo de Negócio e Rede de Ensino

Nos últimos anos, a UBEC vem desenvolvendo suas atividades em 2 (dois) segmentos de negócio:

Educação Básica	Ensino Superior
Centro Educacional Católica de Brasília (CECB)	Universidade Católica de Brasília (UCB)
Centro Educacional Católica de Minas Gerais (CECMG)	Centro Universitário do Leste de Minas (UNILESTE)
Colégio Católica Padre De Man (CPM)	Centro Universitário Católica do Tocantins (UNICATOLICA)
	Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FICR)

Educação Básica

- A Educação Básica compreende ações voltadas para o ensino nos níveis infantil, básico e médio.
- Em Brasília, o grupo conta com o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), reconhecido pela comunidade como um dos centros de excelência no ensino do Distrito Federal.
- Em Minas Gerais, a UBEC mantém o Centro Educacional Católica de Minas Gerais (CECMG) e o Colégio Católica Padre De Man (CPM).

Educação Superior

- A Educação Superior compreende ações voltadas para o Ensino Superior e Pós-graduação *stricto e lato sensu*, que podem ser realizadas de forma presencial ou à distância.
- Em Brasília, há a Universidade Católica de Brasília (UCB), única Universidade particular localizada no Distrito Federal. Possui reconhecimento em suas pesquisas em âmbito nacional e internacional.
- Em Minas Gerais, há o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Incorporada ao Grupo UBEC em 2005, é o único Centro Universitário do Vale do Aço em Minas Gerais.
- Em Palmas, há a o Centro Universitário Católica do Tocantins (Unicatólica).
- Em Recife, há a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FICR).

2.4. Responsabilidade Social

Dentro de seus objetivos estatutários, a Entidade aplica parte substancial de seus recursos na concessão de bolsas de estudos a alunos carentes, conforme assim definido pela Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014.

A Administração da Entidade entende que as aplicações dos recursos em gratuidades atenderam aos preceitos da Constituição Federal no art.195, III, §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem às exigências estabelecidas em Lei.

2.6. Governança Corporativa

A UBEC vive um novo momento de transformação, rumo ao futuro. Começou esse processo de renovação em janeiro de 2010, quando foi iniciado o processo de implantação da Governança Corporativa, na Mantenedora e nas suas Unidades de Missão, com o objetivo de promover a perenidade institucional, garantir a presença marcante no cenário educacional brasileiro, corresponder à confiança nela depositada pelos estudantes, pelos colaboradores e por suas famílias e oferecer educação humana e cristã de qualidade. O modelo de Governança Corporativa adotado na UBEC possui, como elementos estruturantes, a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa.

2.7. Escritório Central - Mantenedora

A Mantenedora, através do denominada Escritório Central, vem passando por reestruturação organizacional, tendo como prática uma gestão compartilhada no intuito de melhor atender às Unidades de Missão na realização de sua atividade-fim, ou seja, disseminar educação cristã de qualidade. O ano de 2021 será outro momento histórico para o Grupo UBEC, convergindo para o aprimoramento dos sistemas ERP, acadêmico e orçamentário, entre outros.

3. Relacionamento com Auditores Independentes

A UBEC não possui outros contratos com seus Auditores Independentes que não os relacionados com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Tal prática está fundamentada nos Princípios Internacionalmente Aceitos de que os auditores externos não devem auditar os seus próprios serviços, exercer funções gerenciais nem promover o interesse da Entidade.

4. Declaração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, aprovando no seu âmbito e recomendando à Assembleia Geral à sua aprovação.

5. Parecer do Conselho Fiscal

Foram submetidas à apreciação do Conselho Fiscal da UBEC as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, para fins de emissão de parecer pelos seus membros, cuja aprovação fora formalizada na Assembleia Geral.

6. Expectativas para 2021

Em 2021 a UBEC continuará trabalhando no processo de consolidação de suas unidades, bem como no fortalecimento de seus projetos de expansão, tanto na educação à distância estabelecendo parcerias dentro e fora do Brasil, quanto na educação presencial com criação de novas unidades no território nacional.

Dentre as iniciativas previstas, merecem destaque: (1) ampliar a política de captação e retenção de alunos; (2) melhorar a rentabilidade operacional das Unidades de Missão; (3) promover o alinhamento institucional com o objetivo de ampliar a qualidade percebida pelos alunos e pela sociedade; (4) intensificar os investimentos na formação do capital humano; (5) investir no Ensino à Distância; (6) expandir a atuação para novas localidades; (7) adotar métodos inovadores de ensino; (8) focar na experiência do estudante, e (9) fortalecimento e vivência em processos de pastoralidade.

Não obstante as ações acima, em 2021 serão promovidas ações para fortalecimento do caixa com a busca por novas fontes de receita, entrará em funcionamento a usina Fotovoltaica que trará economia para as Unidades do grupo e continuamos com controle contínuo das despesas. Será necessário ainda esforços para a realização de mudanças objetivando atingir os objetivos estratégicos.

7. Agradecimentos

A UBEC sente-se honrada em agradecer ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e aos colaboradores o esforço, a dedicação e o comprometimento que serviram de suporte para os resultados alcançados em 2020. Os colaboradores, mais uma vez, acreditaram na Entidade e, em um esforço conjunto, superaram os desafios. Agradecemos aos estudantes, para quem trabalhamos no intuito de continuarmos merecedores da escolha, fidelidade e confiança. Agradecemos também aos fornecedores, às instituições financeiras, às autoridades e à comunidade o apoio recebido.

A Administração.



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Administradores da
União Brasileira de Educação Católica - UBEC
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da União Brasileira de Educação Católica - UBEC (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Brasileira de Educação Católica - UBEC em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem fins lucrativos – (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - sala 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 16 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.292	2.736
Aplicações financeiras	4	42.761	42.506
Recursos financeiros vinculados a convênios	17	1.971	1.171
Créditos a receber	5	32.885	29.450
Estoques		604	783
Adiantamento a funcionários	6	8.654	9.217
Adiantamento a fornecedores	7	1.221	2.160
Despesas antecipadas		1.164	2.082
Outros créditos	8	883	674
Total circulante		91.435	90.779
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	4	14.051	15.834
Contas a receber	5	15.293	8.299
Despesas antecipadas		150	631
Outros créditos	8	64	989
Depósitos/bloqueio judiciais	19 (c)	5.741	6.030
Fundo garantidor FIES		2.245	1.111
		37.544	32.894
Investimentos - propriedades para investimento	9	37.298	12.871
Imobilizado	10	596.733	628.106
Intangível	11	1.529	2.363
		635.560	643.340
Total não circulante		673.104	676.234
Total ativo		764.539	767.013

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	3.661	10.182
Empréstimos e financiamentos	13	8.414	6.600
Arrendamentos a pagar	14	922	416
Obrigações trabalhistas e sociais	15	20.754	16.983
Impostos, taxas e contribuições diversas	16	4.146	5.361
Obrigações por convênios	17	4.594	4.681
Adiantamento de clientes	18	7.685	4.804
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19 (a)	18.706	16.924
Outros passivos		1.129	211
Total circulante		70.011	66.162
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	18.301	25.715
Arrendamentos a pagar	14	6.989	7.618
Outros passivos		5.292	416
Provisão para riscos fiscais	19 (a)	389.533	380.223
Total não circulante		420.115	413.972
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	20	-	42.414
Ajustes de avaliação patrimonial		287.604	289.251
Déficits acumulados		(13.191)	(44.786)
Total patrimônio líquido		274.413	286.879
Total do passivo e do patrimônio líquido		764.539	767.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de serviços	21 (a)	268.187	289.601
Custo dos serviços prestados	21 (b)	(154.826)	(183.305)
Resultado operacional bruto		113.361	106.296
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21 (c)	(100.085)	(140.338)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	5	(11.988)	(10.894)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais líquida	19	(14.615)	(15.895)
Outras receitas operacionais	21 (d)	748	7.836
		(125.940)	(159.291)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(12.579)	(52.995)
Resultado financeiro	21 (e)		
Receitas financeiras		5.598	9.150
Despesas financeiras		(5.485)	(5.033)
		113	4.117
Déficit do exercício		(12.466)	(48.878)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Déficit do exercício	(12.466)	(48.878)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(12.466)	(48.878)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Outros resultados abrangentes		Total do patrimônio líquido
		Ajustes de avaliação patrimonial	Déficits acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	75.400	293.343	(32.986)	335.757
Incorporação ao patrimônio social	(32.986)	-	32.986	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	(4.092)	4.092	-
Déficit do exercício	-	-	(48.878)	(48.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.414	289.251	(44.786)	286.879
Incorporação ao patrimônio social	(42.414)	-	42.414	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.647)	1.647	-
Déficit do exercício	-	-	(12.466)	(12.466)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	287.604	(13.191)	274.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(12.466)	(48.878)
Ajustes por		
Depreciação/amortização/outros ajustes	17.583	17.609
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	6.574	7.119
Resultado na venda de Investimento/Imobilizado	987	(5.741)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	11.988	10.894
Juros e correção monetária incorridos	11.131	11.219
Outros	278	416
	36.075	(7.362)
Variação das contas patrimoniais		
(Aumento)/redução nos recursos financeiros vinculados a projetos e convênios	(800)	316
(Aumento)/redução nas contas a receber de clientes	(22.291)	(14.252)
(Aumento)/redução nos estoques	179	94
(Aumento)/redução em adiantamentos	1.502	(332)
(Aumento)/redução em outros ativos	2.278	(2.049)
Aumento/(redução) em fornecedores	(6.521)	4.010
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas e sociais	3.771	(1.608)
Aumento/(redução) em contingências cíveis, fiscais e trabalhista	(3.523)	(4.088)
Aumento/(redução) em adiantamento de clientes	2.881	(20)
Aumento/(redução) em obrigações por convênios	(87)	1.356
Aumento/(redução) em outros passivos	4.176	1.047
	(18.435)	(15.526)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	17.640	(22.888)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	394	16.698
Aquisição de ativo imobilizado	(10.842)	(22.016)
Aquisição de propriedade para investimento	-	-
Baixas de ativo imobilizado e propriedade para investimento	178	18.294
Aquisição de ativo intangível	(125)	(133)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(10.395)	12.843
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	-	15.839
Pagamentos de empréstimos (principal)	(5.153)	(1.048)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(2.522)	(3.687)
Pagamentos de arrendamentos IFRS 16	(1.014)	(494)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(8.689)	10.610
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(1.444)	565
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.736	2.171
No fim do exercício	1.292	2.736
	(1.444)	565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Informações gerais

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) - (“UBEC” ou “Entidade”), fundada em 8 de agosto de 1972, é uma associação civil, confessional de direito privado e de caráter assistencial, educacional, filantrópico e sem fins lucrativos.

A UBEC tem por objetivo prover ações em educação superior, educação básica, pesquisa, meio ambiente, meios de comunicação social, emissoras de rádio e televisão e para o desenvolvimento de suas atividades.

A UBEC é formada por cinco Congregações Religiosas, com experiência secular em educação, e um Instituto: (1) Inspeção Madre Mazzarello (IMM), da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora; (2) Sociedade Porvir Científico (SPC), Província Lassalista de Porto Alegre, do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (Lassalistas); (3) União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), Província Marista Brasil Centro-Norte, do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas; (4) Inspeção São João Bosco (ISJB), dos Padres e Irmãos Salesianos de Dom Bosco; (5) Associação Planalto de Assistência e Instrução Popular (ASPLA), Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo; (6) Instituto Católico de Minas Gerais (ICMG).

A UBEC é uma Mantenedora de Instituições de Ensino com sede em Brasília - DF, possuindo oito unidades no Brasil, sendo: um escritório administrativo sediado no Distrito Federal, quatro instituições de ensino superior - Universidade Católica de Brasília (UCB), Centro Universitário Católica de Tocantins (UNICATÓLICA), o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE) e a Faculdade Imaculada Conceição do Recife (FICR) - além de três colégios de ensino básico - Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), Centro Educacional Católica de Minas Gerais (CECMG) e o Colégio Padre De Man (CPM).

A Entidade é certificada pelo Ministério da Educação (MEC), como Entidade Beneficente de Assistência Social mediante Portaria nº 123, de 22 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 23 de abril de 2020. Destaca-se que nos termos do § 1º e §2º do art. 24 da Lei 12.101/2009 o protocolo de renovação realizado tempestivamente em 5 de dezembro de 2018, serve como prova de regularidade até o julgamento do referido processo.

Em virtude de estar sendo apresentado resultados deficitários nos últimos anos, a Administração elaborou e está em fase de implementação de um plano de ação para melhorar a performance de suas unidades e do escritório central, visando obter um superávit a médio prazo, o reflexo inicial dessas ações já foi possível visualizar no resultado de 2020.

Dentre as ações realizadas destacam-se os investimentos em energia limpa (fotovoltaica), que diante dos estudos realizados, as usinas poderão gerar uma economia substancial, já que periodicamente as concessionárias reajustam os valores cobrados, além da necessidade maior de consumo de cada unidade de missão, como climatizações dos ambientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Informações gerais

Outra ação é a resignificação, onde já foi realizada readequação do quadro de funcionários e implementação do plano de cargos e salários no escritório central e nas Unidades de missão, e constante crescimento dos cursos em EAD com a implantação de polos próprios e parcerias com terceiros.

A Administração está com uma proposta de reforma do Estatuto tornando mais leve, ágil e menos centralizador, criação do novo organograma nas unidades de missão e escritório central tornando menos vertical e mais horizontal, trazendo um menor custo de pessoal e mais agilidade nos processos. Estamos com renegociações com sindicatos laborais para adequar a folha de pagamento de acordo com a realidade atual, revisão dos contratos de telefonia e internet para identificar ofertas mais vantajosas para a entidade, oferta de novos cursos com maior aderência em cada unidade de ensino.

Diante disso, também estamos fortalecendo nossos controles internos, para mantermos a qualidade e os objetivos estatutários sem perder o DNA UBEC.

1.2. Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade

Em 23 de abril de 2020, a Entidade foi certificada pelo Ministério da Educação (MEC), como Entidade Beneficente de Assistência Social mediante Portaria nº 123, de 22 de abril de 2020, com vigência para o período de 01/01/2016 a 31/12/2018.

Em 5 de dezembro de 2018, seguindo o disposto na Lei 12.101/2009, a Entidade protocolou tempestivamente seu pedido de renovação do CEBAS no MEC, através do Processo de nº 23000.039477/2018-18, com vigência para o período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021, que se encontra no aguardo do término da análise. O protocolo de renovação serve como prova da regularidade da certificação até o julgamento do referido processo, nos termos do § 1º e § 2º do art. 24 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

A UBEC possui como atividade de atuação preponderante a área de Educação, atuando nos níveis do Ensino Superior e da Educação Básica, exercendo também ações na área da saúde, através do Centro Especializado de Reabilitação (CER), por meio de um Contrato existente entre a Prefeitura de Ipatinga e o Unileste.

Educação básica

A UBEC, através de suas três Unidades de Missão de Educação Básica: Centro Educacional Católica de Brasília (CECB) - localizada em Águas Claras/DF, o Colégio Católica Padre De Católica Padre De Man (CCPM) e o Centro Educacional Católica de Minas Gerais (CECMG)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade--Continuação

- situados respectivamente em Coronel Fabriciano/MG e Timóteo/MG, oportuniza o acesso e a permanência de alunos hipossuficientes ao ensino de qualidade com a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50%, em observância a Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014

Ensino superior

A UBEC concede em suas Unidades de Missão do Ensino Superior: Universidade Católica de Brasília (UCB), sediada em Águas Claras/DF; Centro Universitário Católica do Leste de Minas (UNILESTE), localizada em Coronel Fabriciano/MG; Centro Universitário Católica de Tocantins (UNICATÓLICA) com sede em Palmas/TO e Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FICR) sediada em Recife/PE, bolsas de estudo para os cursos de graduação e sequenciais de formação específica, viabilizando assim o acesso e a permanência de alunos com hipossuficiência de recursos financeiros ao Ensino Superior de qualidade, para tanto são concedidas bolsas integrais e parciais 50%, guardando as determinações nas legislação do Programa Universidade para Todos (ProUni) regido pela Lei nº 11.096/2005 e do seu respectivo Decreto nº 5.493/2005, bem como as determinações da Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014.

Saúde/Projeto CER-Centro Especializado de Reabilitação

Em conformidade com a Lei nº 12.101/2009, a UBEC realiza ações beneficentes na área da saúde realizando: avaliação, prescrição, adequação, treinamento, acompanhamento e dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, através do Centro Especializado em Reabilitação Física e Visual (CER II), com atendimentos exclusivos a pacientes direcionados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mediante contrato firmado entre as partes.

DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS - PRESTADOS - SAÚDE

UNIDADE: CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS
GERAIS
CNPJ: 00.331.801/0014-54

CNES:
3855910
ANO: 2020

Tipo de Atendimentos	Número de atendimentos no ano		
	SUS	NÃO SUS	TOTAL
AMBULATORIAL	4.440	-	4.440

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade--Continuação

Cálculo da filantropia

Para fins de renovação do CEBAS, a UBEC, que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação, presencial e à distância e realiza ações da área de saúde:

- (a) Demonstrou sua adequação às diretrizes e às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 24 da Constituição Federal.
- (b) Atendeu a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação.
- (c) Concedeu anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.
- (d) As bolsas integrais de que tratam a da Lei 12.101/2009, são benefícios próprios, concedidos a estudantes em situação de hipossuficiência, enquadrados nos art. 14 e 15 da referida lei.
- (e) De acordo com o § 2º, art. 13-C da Lei 12.101/2009, não se consideram alunos pagantes os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias, cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento, conforme definido em regulamento.
- (f) Em conformidade com o § 5º, art. 5º da Lei 11.096/2005 e § 3º, Art. 13-A da Lei 12.101/2009, a UBEC concede uma bolsa de estudos integral para cada 9 alunos pagantes no âmbito do ProUni.
- (g) Tendo em vista que a UBEC atende o § 3º, art. 13-A da Lei 12.101/2009, cumprindo assim a proporção de uma bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes no âmbito do ProUni. São ofertadas bolsas parciais 50% (cinquenta por cento), concedidas aos estudantes em situação de hipossuficiência, enquadrados nos Arts. 14 e 15 da referida lei.
- (h) De acordo com o art. 13-C da lei 12.101/2009, consideram-se alunos pagantes, para fins de aplicação das proporções previstas no art. 13, 13-A e 13-B, o total de alunos que não possuem bolsas de estudo integrais, dessa forma, os outros tipos de bolsas integrais irão deduzir a base de alunos pagantes.
- (i) Prestou contas na área da saúde das ações executadas pelos Centro Especializado de Reabilitação/ CER-II do Unileste.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade--Continuação

Educação básica	Nota	2020		2019	
		Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados		4.036	56.266	4.381	55.632
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	(d)	535	7.409	572	7.501
Bolsas integrais para alunos com deficiência		-	-	-	-
Bolsas integrais e em tempo integral		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas integrais (especificar)	(h)	155	2.577	157	2.604
Alunos inadimplentes	(e)	135	-	180	-
Bolsas parciais 50% da Lei 12.101/2009	(g)	239	1.372	258	1.441
Outros tipos de bolsas parciais (especificar)	-	-	-	-	-
Benefícios complementares (especificar o tipo)	-	-	-	-	-
Educação superior	Nota	2020		2019	
		Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados		16.549	313.137	18.059	330.925
Bolsas integrais Prouni	(f)	2.428	42.375	2.692	42.939
Bolsas integrais (recursos próprios)	(d)	171	2.292	184	2.836
Bolsas integrais (pós graduação strictu sensu)		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas integrais	(h)	112	1.678	87	5.869
Alunos inadimplentes	(e)	1.027	-	667	-
Bolsas parciais 50% Prouni		47	330	15	225
Bolsas parciais 50% (recursos próprios)	(g)	165	1.040	224	1.930
Bolsas parciais 50% (strictu sensu)		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas parciais (especificar)	-	-	-	-	-
Benefícios complementares (especificar o tipo)	-	-	-	-	-

1.3. Despesas com Pessoal Docente e Técnico Administrativo

Em atendimento ao disposto na alínea c, inciso III, do art. 12, da Instrução Normativa nº 113/98, da Secretaria da Receita Federal, que determina a aplicação de pelo menos 60% da Receita Líquida, a Entidade destinou, em 2020, 70,46% da receita obtida com prestação de serviços, em despesas com pessoal docente e técnico administrativo, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Receita bruta de serviços	379.444	397.800
Descontos nas anuidades e nas bolsas de estudo	(111.233)	(107.860)
Base de cálculo	268.211	289.940
Despesas com pessoal docente	123.804	142.092
Despesas com pessoal técnico administrativo	67.845	87.545
Total das despesas com pessoal	191.649	229.637
Percentual aplicado	71,45%	79,19%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Benefícios fiscais usufruídos

Em conformidade ao art. 29 da Lei nº 12.101/2009, para usufruir da isenção do pagamento das contribuições da Cota Patronal para INSS, COFINS, PIS sobre folha de pagamento e Contribuição Social sobre o Superávit, a Entidade declara ter cumprido:

- (I) Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;
- (II) Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- (III) Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (IV) Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- (V) Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- (VI) Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- (VII) Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; e
- (VIII) Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Benefícios fiscais usufruídos --Continuação

Segue abaixo, a isenção fiscal usufruída nos exercícios de 2020 e 2019:

	Benefícios fiscais usufruídos (R\$ mil)	
	2020	2019
INSS - Isenção quota patronal sobre folha de pagamento	38.025	45.387
INSS Patronal sobre serviços prestados – pessoa física	91	109
PIS sobre folha de pagamento	1.533	1.819
COFINS	11.497	11.934
	51.146	59.249

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as disposições previstas na legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como com as normas contábeis complementares para entidades sem fins lucrativos, todos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral da Entidade em 16 de abril de 2021.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Nota Explicativa nº 5);
- A vida útil e o cálculo das depreciações sobre as propriedades para investimento (Nota Explicativa nº 09);
- Direito de uso e arrendamentos a pagar (Nota Explicativa nº 14)
- A vida útil e o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10);
- A vida útil e o cálculo das amortizações sobre o ativo intangível (Nota Explicativa nº 11);
- Incertezas relativas às premissas de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 19).

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

3.1. Classificação circulante e não circulante

A Entidade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Entidade classifica todos os demais passivos no não circulante.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e numerários mantidos com instituições financeiras, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria:

(i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.3. Reconhecimento de receita--Continuação

(ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita da Entidade consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino básico e superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais (pagamentos), no final do semestre letivo.

As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: a existência de um contrato válido e assinado, o valor dos serviços é facilmente identificável e é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Entidade realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

3.4. Apuração do resultado do exercício (superávit/déficit)

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência e obedecendo o princípio da oportunidade. Os gastos classificados como custos dos serviços prestados referem-se àqueles incorridos diretamente na prestação de serviços de ensino, principalmente gastos com pessoal, depreciação e amortização, incorridos nas unidades de ensino (vide Nota Explicativa nº 21).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável).

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na Nota Explicativa 23.

Os ativos financeiros estão classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Os investimentos temporários são registrados inicialmente pelos valores de custo de aquisição e subsequentemente, são acrescidos dos rendimentos auferidos pela taxa efetiva de juros até as datas dos balanços (custo amortizado), que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores a 90 dias da data da aplicação ou com prazos de vencimento inferior a 90 dias, e com impossibilidade de resgate antecipado sem risco significativo de mudança de valor.

Os passivos financeiros não derivativos são todos mensurados pelo custo amortizado.

A Entidade não tem como prática operar com instrumentos financeiros derivativos.

3.6. Contas a receber

Os valores registrados em créditos a receber são em sua grande maioria decorrentes de mensalidades provenientes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (vide Nota Explicativa nº 5). Os valores recebidos, referentes a serviços ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como adiantamento de mensalidades (passivo exigível), e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

A Entidade também possui créditos educacionais oriundos do Sistema FIES representados pelos repasses de mensalidades dos alunos que contrataram o financiamento estudantil com a Caixa Econômica Federal - CEF. Estes recursos financeiros são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.7. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, fornecimento de produtos, serviços ou para propósitos administrativos. As aquisições são registradas ao custo de aquisição sendo deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, conforme a vida útil (Nota Explicativa nº 09).

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação torna-se seu custo para a contabilização subsequente.

3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.9. Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Entidade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativo de direito de uso

A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente. A Entidade possui dois contratos de aluguel/arrendamento de imóveis com vigência de 10 e 3 anos, sendo que a depreciação é calculada com base nesses períodos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Entidade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Entidade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Entidade exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.9. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Entidade aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.10. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.11. Intangível - Programas de computador (*softwares*)

Os gastos com a aquisição de Software são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas de acordo com o prazo de geração de benefícios econômicos futuros. (Nota Explicativa nº 11).

3.12. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e a amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Nos exercícios de 2020 e 2019, não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.13. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis que estão apresentados de forma retificada dos respectivos saldos de empréstimos e financiamentos e são alocados como despesas financeiras (diferidos) pelos prazos de vigência dos contratos de origem. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos (vide Nota Explicativa nº 13).

3.14. Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.14. Provisões

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.15. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

A Entidade não possui obrigações com os empregados de benefícios pós-emprego

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.16. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Entidade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Entidade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Entidade, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Entidade avalia os impactos que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras temporárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e contas bancárias	1.292	2.736
Total caixa e equivalentes de caixa	1.292	2.736
Cotas de fundo de investimentos de renda fixa (a)	51.174	54.821
Outras aplicações	5.638	3.519
Total aplicações financeiras	56.812	58.340
Circulante	42.761	42.506
Não circulante	14.051	15.834

A Entidade possui aplicação financeira no montante de R\$14.051 (R\$15.834 em 2019) como garantia de capital de giro. O valor é ajustado à medida em que são realizadas as amortizações, contratualmente encerradas no ano de 2024.

(a) As aplicações desses recursos estão no Banco Santander e Itaú, nas seguintes condições:

- Tipo de Investimento: Fundos de Investimento DI;
- Taxa: rentabilidade de 100% do CDI, com resgate automático;
- Liquidez: diária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Créditos a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Mensalidade a receber (a)	83.600	84.349
Financiamentos privados a receber (b)	18.502	12.260
Cheques em cobrança (c)	2.614	2.620
Fies a receber (d)	21.301	16.973
Outros valores a receber	4.274	2.982
	130.291	119.185
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa mensalidade (i)	(69.764)	(70.911)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre financiamentos estudantis (ii)	(7.113)	(6.982)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa financiamentos estudantis (iii)	(2.111)	(310)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa das outras contas a receber (iv)	(3.125)	(3.232)
	(82.113)	(81.435)
	48.178	37.749
Circulante	32.885	29.450
Não circulante	15.293	8.299

- (a) Representado pelo valor faturado de acordo com os períodos de competência e são provenientes preponderantemente dos cursos de nível superior e ensino básico oferecidos nas unidades de ensino.
- (b) O saldo dessa linha é composto por modalidades de financiamentos de cursos superiores como PEU, Pravalter, Fundacred
- (c) O saldo da rubrica "cheques" em cobrança é decorrente de negociações de mensalidades a receber em atraso.
- (d) Representa o crédito decorrente de Financiamento Estudantil com a Caixa Econômica Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Do saldo em aberto, R\$9.520mil são referentes às concessões efetuadas no ano de 2020.

Conforme mencionado na Nota 24, a crise gerada pelas medidas de contenção da pandemia do Covid-19 trouxe impacto na economia brasileira e, por consequência, no processo de captação e matrícula de alunos da Entidade, em especial no segmento de graduação presencial. A Entidade está atuando ativamente visando mitigar esses impactos, por meio da introdução de metodologias mais assertivas de renegociação de mensalidades em atraso, incluindo novas formas de pagamento, visando o reestabelecimento de condições adequadas para o recebimento das mensalidades.

A composição por idade dos valores de contas a receber é apresentada a seguir:

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
FIES	21.301	16	16.973	14
A vencer	27.778	21	17.636	15
Vencido até 30 dias	4.655	4	4.946	4
Vencido de 31 a 60 dias	3.558	3	3.787	3
Vencido de 61 a 90 dias	2.935	2	3.522	3
Vencido de 91 a 180 dias	5.836	4	6.216	5
Vencido de 181 a 360 dias	8.798	7	9.113	8
Vencido há mais de 360 dias	55.430	43	56.991	48
	130.291	100	119.184	100

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Créditos a receber--Continuação

(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa mensalidade

A Entidade calcula a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) sobre seus recebíveis, com base no modelo de perda esperada dos ativos financeiros. Esse modelo leva em consideração o provisionamento dos recebíveis com evidência objetiva de perda e também dos recebíveis com perda esperada considerando o histórico de perdas e probabilidade futura de *default*. O histórico de perdas calculado e adotado foi de 3,59% (2,55% em 2019) com base nas informações dos últimos 5 anos. Assim, o saldo total provisionado das mensalidades a receber em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 69.764 (R\$ 70.911 em 31 de dezembro de 2019). O incremento do percentual no exercício de 2020 refere-se ao aumento na inadimplência devido nos riscos devido aos impactos da COVID-19.

Movimentação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo Inicial	(70.911)	(67.973)
Constituições	(15.401)	(18.139)
Baixa (a)	11.184	7.158
Reversões	5.364	8.043
Saldo final	(69.764)	(70.911)

(a) A Entidade elaborou um estudo, com base no mesmo foram efetuadas baixas por perda efetiva em títulos vencidos de longa data. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos e renegociações são reconhecidos diretamente ao resultado quando da sua realização.

(ii) PCLD sobre créditos derivados de créditos estudantis

É constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa derivada de créditos estudantis quando há inadimplência pelo órgão repassador e quando não há perspectivas razoáveis de recebimento pela unidade de ensino baseado em perdas incorridas e esperadas. No exercício de 2020, a Administração, baseada nesses fatos, julgou ser necessário o reconhecimento de provisão dos créditos no valor total de R\$131 líquida (provisões menos reversões) do FIES, em 2019 foi necessário realizar reversões por mudança de estimativa, baixa por prescrição ou nenhuma perspectiva de recebimento junto aos órgãos FAP/SEDEST.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Créditos a receber--Continuação

(ii) PCLD sobre créditos derivados de créditos estudantis--Continuação

Movimentação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo Inicial	(6.982)	(8.337)
Constituições FIES (a)	(238)	(132)
Baixa convênio FAP/SEDEST	-	1.442
Reversões FIES (b)	107	45
Saldo final	<u>(7.113)</u>	<u>(6.982)</u>

(a) O valor de constituição de PCLD sobre o FIES é representado por 2% sobre o saldo em aberto de 2015 a 31/12/2020. Esse valor refere-se a título de garantia mínima destinada a cobrir o fundo de financiamento, conforme Portaria do MEC nº 21/2010.

(b) As reversões do FIES ocorridas em 2020 são referentes à diferença entre a estimativa e o efetivamente realizado conforme o critério adotado no ano anterior.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosas financiamentos estudantis

Financiamentos estudantis estão representados por créditos do PEU, Pravalor e Fundacred (Fundação de Crédito Educativo), cujos financiamentos foram contratados pelos alunos e aprovados pela Entidade. Tais recursos financeiros serão repassados à Entidade a partir do mês subsequente à formatura dos respectivos alunos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base no histórico de perdas e acrescido por alunos inadimplentes que não mantenham mais vínculo com a Entidade.

Movimentação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo Inicial	(310)	(171)
Constituições	(1.801)	(139)
Saldo final	<u>(2.111)</u>	<u>(310)</u>

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosas das outras contas a receber

Refere-se a constituição de provisão sobre taxas de práticas esportivas oriundas das unidades de ensino básico, cheques em cobrança e faturas a receber.

Movimentação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo Inicial	(3.232)	(2.783)
Constituições	-	(517)
Reversões	107	68
Saldo final	<u>(3.125)</u>	<u>(3.232)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Adiantamentos a funcionários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento de férias	7.505	8.418
Adiantamento de salários (a)	295	-
Outros	854	799
	<u>8.654</u>	<u>9.217</u>

7. Adiantamento a fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Produtos	69	310
Serviços	1.152	1.850
	<u>1.221</u>	<u>2.160</u>

8. Outros créditos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Convênio e projetos (a)	752	1.645
Aluguéis a receber	515	400
Tributos/ Valores a recuperar	195	7
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - aluguéis (b)	(515)	(389)
	<u>947</u>	<u>1.663</u>
Circulante	883	674
Não circulante	64	989

(a) A rubrica representa valores de convênios firmados com empresas públicas/privadas ainda não recebidos. Em 2020 o saldo foi reduzido em função de recebimentos relacionados a convênios junto a região metropolitana do vale do aço.

(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa de aluguéis relativos a valores em aberto dos anos de 2009 a 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos - propriedades para investimento

Movimentação - Exercício de 2020

Descrição (Custo)	31/12/2019		31/12/2020		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Propriedade para investimentos (a)	13.343	-	-	26.226	39.569
Obras de arte	6	-	-	-	6
Total do custo	13.349	-	-	26.226	39.575

Descrição (Depreciação)	31/12/2019		31/12/2020		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	
Propriedade para investimentos (a)	(478)	(200)	-	(1.599)	(2.277)
Total da depreciação acumulada	(478)	(200)	-	(1.599)	(2.277)
Saldo líquido	12.871	(200)	-	24.627	37.298

Movimentação - Exercício de 2019

Descrição (Custo)	31/12/2018		31/12/2019		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Propriedade para investimentos (a)	26.889	-	(13.546)	-	13.343
Obras de arte	6	-	-	-	6
Total do custo	26.895	-	(13.546)	-	13.349

Descrição (Depreciação)	31/12/2018		31/12/2019		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	
Propriedade para investimentos (a)	(2.014)	(280)	1.816	-	(478)
Total da depreciação acumulada	(2.014)	(280)	1.816	-	(478)
Saldo líquido	24.881	(280)	(11.730)	-	12.871

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos - propriedades para investimento--Continuação

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens conforme laudo pericial elaborado por perito externo. A Administração julga o critério utilizado compatível com a vida útil dos bens. A taxa de depreciação aplicada nas propriedades para investimentos é 2,08% a.a.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade avaliou os indicativos de eventuais perdas no valor recuperável de suas propriedades para investimento, e concluiu que não existem elementos característicos para o teste de recuperação (*impairment*).

(a) Composição e valores justos:

- R\$ 26.226 referem-se a mudança da destinação do campus da Asa Norte Brasília, ocorrida em 2020, onde a Entidade optou por realizar a locação do espaço. O valor justo deste imóvel foi avaliado em R\$35.928.
- R\$5.656 são referentes a aquisição de 4 lotes com área total de 18.254 m², para fins de investimento, na cidade de Palmas - TO. O valor justo dos lotes foi avaliado em R\$8.000 (R\$7.600 em 2019).
- Aquisição de 40 salas comerciais no Empreendimento Connect Towers em Taguatinga - DF, registrados pelo valor total de R\$7.687. Os valores justos destes imóveis foram avaliados em R\$10.625 (R\$12.506 em 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Movimentação - Exercício de 2020

Descrição (Custo)	31/12/2019			31/12/2020		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Direito de uso - CPC 06 (R2)	7.850	-	-	-	7.850	21,67
Terrenos (a)	314.004	-	-	(18.621)	295.383	-
Imóveis (a)	293.002	-	(184)	6.795	299.613	(a)
Móveis e utensílios	30.825	644	(174)	-	31.295	10
Máquinas e equipamentos	51.304	1.401	(1.530)	13	51.188	10
Equipamentos de informática	37.406	1.195	(277)	-	38.324	20
Biblioteca	25.248	61	(1)	-	25.308	20
Veículos	1.894	82	(234)	-	1.742	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	263	365	-	-	628	10
Imobilizado em andamento	19.336	7.094	(945)	(14.413)	11.072	
	781.132	10.842	(3.345)	(26.226)	762.403	

(a) Conforme descrito na Nota Explicativa 9, em 2020, após a locação de parte do campus da Asa Norte Brasília foi realizada a transferência de R\$26.226 para o grupo de propriedades para investimento, sendo R\$18.621 referente ao terreno e R\$7.605 correspondente ao imóvel. Adicionalmente, o grupo de imóveis apresentou um aumento na conta de R\$14.400 referente a obras em andamento que foram finalizadas no exercício.

Depreciação	31/12/2019			31/12/2020		Taxa média anual de depreciação
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação acumulada	
Direito de uso - CPC 06 (R2)	(645)	(1.236)	-	-	(1.881)	21,67
Imóveis	(46.507)	(5.442)	41	1.599	(50.309)	(a)
Móveis e utensílios	(19.355)	(2.007)	149	-	(21.213)	10
Máquinas e equipamentos	(33.006)	(3.365)	1.529	-	(34.842)	10
Equipamentos de informática	(28.809)	(3.346)	277	-	(31.878)	20
Biblioteca	(23.289)	(808)	1	-	(24.096)	20
Veículos	(1.400)	(166)	183	-	(1.383)	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(15)	(53)	-	-	(68)	10
	(153.026)	(16.423)	2.180	1.599	(165.670)	
Imobilizado líquido	628.106	(5.581)	(1.165)	(24.627)	596.733	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Movimentação - Exercício de 2019

Descrição (Custo)	31/12/2018			31/12/2019		Taxa média anual de depreciação
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	7.850	-	-	7.850	21,67
Terrenos	314.221	-	(217)	-	314.004	-
Imóveis	281.379	108	(404)	11.919	293.002	(a)
Móveis e utensílios	30.291	1.567	(803)	(230)	30.825	10
Máquinas e equipamentos	48.561	3.235	(985)	493	51.304	10
Equipamentos de informática	43.116	2.597	(8.051)	(256)	37.406	20
Biblioteca	24.392	856	-	-	25.248	20
Veículos	1.764	257	(127)	-	1.894	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	393	188	(318)	-	263	10
Imobilizado em andamento	18.054	13.208	-	(11.926)	19.336	
	<u>762.171</u>	<u>29.866</u>	<u>(10.905)</u>	<u>-</u>	<u>781.132</u>	

Depreciação	31/12/2018			31/12/2019		Taxa média anual de depreciação
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação acumulada	
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	(645)	-	-	(645)	21,67
Imóveis	(41.350)	(5.231)	74	-	(46.507)	(a)
Móveis e utensílios	(18.251)	(2.047)	717	226	(19.355)	10
Máquinas e equipamentos	(30.289)	(3.185)	930	(462)	(33.006)	10
Equipamentos de informática	(33.231)	(3.780)	7.966	236	(28.809)	20
Biblioteca	(22.169)	(1.120)	-	-	(23.289)	20
Veículos	(1.305)	(191)	96	-	(1.400)	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(286)	(28)	299	-	(15)	10
	<u>(146.881)</u>	<u>(16.227)</u>	<u>10.082</u>	<u>-</u>	<u>(153.026)</u>	
Imobilizado líquido	<u>615.290</u>	<u>13.639</u>	<u>(823)</u>	<u>-</u>	<u>628.106</u>	

(a) Taxa média de depreciação dos imóveis em 2020 e 2019

Filial	Taxa média anual de depreciação
Centro Universitário Católica de Tocantins	1,69%
Centro Educacional Católica de Brasília	1,73%
Universidade Católica de Brasília	1,89%
Centro Universitário do Leste de MG	1,87%
Centro Educacional Católica de MG	1,84%
Colégio Padre de Man	1,77%
Escritório Administrativo em Brasília	1,77%
Faculdade Católica de Recife	1,66%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade avaliou existência de perda no valor recuperável de seu ativo imobilizado, por meio de análise do valor justo líquido das despesas de venda, com base nos estudos não foram identificados indicativos adicionais e nenhuma perda deve ser reconhecida.

Resultado na baixa de ativo imobilizado e propriedades para investimentos

No exercício de 2020, foram realizadas baixas por venda de bens móveis, veículos, computadores, que foram considerados obsoletos/substituídos pelas Instituições Mantidas, seguem os dados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valor dos bens	3.345	24.451
(-) Depreciação acumulada	(2.180)	(11.898)
Imobilizado líquido	1.165	12.553
Valor da venda	(178)	(18.294)
Resultado na venda do ativo imobilizado	(987)	(5.741)

Custos de empréstimos capitalizados

O Entidade iniciou a construção de novas instalações placas fotovoltaicas em novembro de 2020. Espera-se que esse projeto seja concluído em junho de 2021. O valor contábil das placas fotovoltaicas em 31 de dezembro de 2020 era de R\$6.685 (R\$2.000 em 2019), nas demonstrações financeiras.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 810 (R\$0 em 2019), líquido das receitas financeiras geradas pela aplicação dos recursos do financiamento. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 100%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

Ativos em construção

Em 31 de dezembro de 2020, além das novas placas fotovoltaicas, o imobilizado incluía o valor de R\$ 4.386 (R\$ 17.336 em 2019). Sendo que destes R\$ 4.266 em gastos relativos a imóveis após a finalização da construção e R\$ 120 serão conteúdos didáticos produzidos internamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

Movimentação - Exercício de 2020

Descrição (Custo)	31/12/2019		31/12/2020		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Marcas e patentes	212	22	-	-	234
Software e Licenças de uso	12.404	103	(8)	-	12.499
Outros	1.000	-	-	-	1.000
	13.616	125	(8)	-	13.733
Amortização	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Amortização acumulada
Marcas e patentes	(1)	(3)	-	-	(4)
Software e Licenças de uso	(10.777)	(856)	8	-	(11.625)
Outros	(475)	(100)	-	-	(575)
	(11.253)	(959)	8	-	(12.204)
Intangível líquido	2.363	(834)	-	-	1.529

Movimentação - Exercício de 2019

Descrição (Custo)	31/12/2018		31/12/2019		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Marcas e patentes	154	58	-	-	212
Software e Licenças de uso	13.289	75	(960)	-	12.404
Outros	1.000	-	-	-	1.000
	14.443	133	(960)	-	13.616
Amortização	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Amortização acumulada
Marcas e patentes	-	(1)	-	-	(1)
Software e Licenças de uso	(10.736)	(1.001)	960	-	(10.777)
Outros	(375)	(100)	-	-	(475)
	(11.111)	(1.102)	960	-	(11.253)
Intangível líquido	3.332	(969)	-	-	2.363

As amortizações do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de geração de benefícios econômicos futuros desses ativos. Os softwares possuem a taxa de amortização de 20% ao ano, já as licenças de uso possuem a taxa de amortização de acordo com a duração dos contratos, que na sua maioria tem duração de 12 meses. A transferência de Manutenção FICR possui a taxa de amortização de 10% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade avaliou existência de perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros, por meio de análise do valor justo líquido das despesas de venda, com base nos estudos não foram identificados indicativos adicionais e nenhuma perda deve ser reconhecida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Produtos	571	846
Serviços	3.090	9.336
	3.661	10.182

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2020	31/12/2019	Taxa de atualização	Indexadores	Ano/ vencimento
Capital de giro - Pós	12.720	16.177	3,21% a.a.	CDI/CETIP	2023
Capital de giro - Pré	13.867	15.839	7,95% a.a.	n/a	2024
Arrendamento mercantil financeiro	128	299	0,40% a.a.	n/a	2021
	26.715	32.315			
Circulante	8.414	6.600			
Não circulante	18.301	25.715			

Movimentação

	2020	2019
Saldo Inicial	32.315	19.893
Contratação empréstimo ou financiamento	-	15.834
Amortizações de principal	(5.153)	(1.048)
Pagamento de juros	(2.522)	(3.687)
Juros incorridos	2.075	1.323
Saldo final	26.715	32.315

Cronograma de pagamentos

	2020	2019
2020	-	6.600
2021	8.414	7.694
2022	8.199	7.957
2023	6.744	6.706
2024	3.358	3.358
	26.715	32.315

Os empréstimos e os financiamentos estão em moeda nacional e foram tomados para suportar a necessidade de capital de giro da Entidade. Nenhum dos contratos possui cláusulas de *covenants* financeiros. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro estão garantidos por equipamentos da Entidade.

Os módulos A e C do terreno da UCB Campus II, com valor contábil (custo) de R\$24.141 estão sujeitos a hipoteca como garantias emitidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamentos

Direito de uso de arrendamento mercantil	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para o IFRS 16/CPC 06 (R2)	7.850
Amortização	(645)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.205
Amortização	(1.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.969
<hr/>	
Arrendamentos a pagar	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Arrendamentos reconhecidos na transição para o IFRS 16/CPC 06 (R2)	13.281
AVP reconhecido na transição para o IFRS 16/CPC 06 (R2)	(5.431)
Baixa por pagamento no exercício	(494)
Ajuste a valor presente no exercício (AVP)	679
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.035
Baixa por pagamento no exercício	(1.014)
Ajuste a valor presente no exercício (AVP)	890
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.911
Circulante	922
Não circulante	6.989

Os passivos de arrendamento são representados por arrendamentos de imóveis e a taxa de desconto utilizada é de 0,91% e 1,07% ao ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações trabalhistas e sociais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de férias e respectivos encargos	10.087	12.265
Outras obrigações trabalhistas (a)	8.047	1.126
Encargos sociais a recolher	2.620	3.592
	<u>20.754</u>	<u>16.983</u>

(a) O aumento ocorreu em virtude da mudança na data de pagamento de salários, que até 2019 ocorria no último dia útil de cada mês e, a partir de 2020, foi alterada para o quinto dia útil do mês seguinte

16. Obrigações fiscais e tributárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF a recolher	4.036	5.192
ISS a recolher	41	81
Contribuições retidas	69	88
	<u>4.146</u>	<u>5.361</u>

Por ser uma entidade filantrópica, a UBEC goza de isenção tributária e os valores acima referem-se a impostos retidos na fonte a recolher.

17. Obrigações por convênios

Composição

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Convênio SES (a)	3.748	4.060
Outros convênios	846	621
	<u>4.594</u>	<u>4.681</u>

(a) Os convênios intitulados SES são contratos firmados com a Secretaria de Saúde do DF com o objetivo de promover estágios supervisionados nas dependências dos hospitais do Distrito Federal pelos alunos integrantes dos cursos da área de saúde. A obrigação é constituída pela contrapartida devida pela unidade de ensino por meio de realização de benfeitorias e/ou compra de equipamentos médicos para as unidades de saúde do DF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações por convênios—Continuação

Composição – continuação

Natureza	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Com contrapartida financeira	-	4.461	-	4.545
Sem contrapartida financeira	1.971	133	1.171	136
Total	1.971	4.594	1.171	4.681

18. Adiantamentos de clientes

Os valores referem-se a recebimentos antecipados de mensalidades da competência 2021 e períodos letivos futuros, cuja receita será apropriada no exercício correspondente de acordo com o regime de competência.

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes

Foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais surgidas no curso normal das operações da Entidade, cujo critério para registro fundamentou-se na avaliação dos assessores jurídicos da Entidade, do risco provável de perda para os processos em andamento na data-base das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes--Continuação

a) Descrição

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Baixas	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2020
Provisão para riscos trabalhistas	14.973	5.701	(3.316)	(1.119)	618	16.857
Provisão para riscos cíveis	1.951	324	(207)	(310)	91	1.849
Provisão para riscos fiscais	380.223	1.978	-	-	7.332	389.533
	<u>397.147</u>	<u>8.003</u>	<u>(3.523)</u>	<u>(1.429)</u>	<u>8.041</u>	<u>408.239</u>

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Baixas	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2019
Provisão para riscos trabalhistas	11.018	8.327	(3.646)	(1.625)	899	14.973
Provisão para Riscos cíveis	1.897	629	(442)	(212)	79	1.951
Provisão para Riscos fiscais	372.472	-	-	-	7.751	380.223
	<u>385.387</u>	<u>8.956</u>	<u>(4.088)</u>	<u>(1.837)</u>	<u>8.729</u>	<u>397.147</u>

Breve descrição da natureza das provisões constituídas:

- Riscos trabalhistas e previdenciários: Referem-se a demandas trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados e ex-empregados vinculados a disputas sobre o montante pago sobre as rescisões/reclamações trabalhistas.
- Riscos cíveis: As principais ações estão relacionadas a reclamações de terceiros - pessoas física e jurídica, alunos e outros - contra as instituições de ensino referentes a perdas e danos.
- Provisão para riscos fiscais: refere-se a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) em relação à imunidade tributária previdenciária patronal da Entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes--Continuação

a) Descrição--continuação

Em 27 de janeiro de 2020, a UBEC foi notificada de decisão exarada pela Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF), dando conta do encerramento do contencioso administrativo fiscal, com a manutenção integral dos lançamentos de créditos tributários efetuados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Nesta ocasião, a UBEC foi intimada para pagamento espontâneo do débito fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de encaminhamento do mesmo à Procuradoria da Fazenda Nacional para cobrança executiva.

Conforme deliberações iniciadas em junho de 2019, o Conselho Administrativo da entidade havia optado, na hipótese de manutenção integral do débito fiscal na seara administrativa, por levar a discussão dos débitos ao Poder Judiciário, no afã de obter decisão judicial pela desconstituição total ou redução dos valores lançados. Importante frisar que, para implementar a discussão no âmbito judicial, faz-se necessário que o débito tributário seja garantido judicialmente, de modo a manter a exigibilidade suspensa (art. 151, II, do Código Tributário Nacional) e permitir à UBEC renovar sua certidão de regularidade fiscal (art. 206, do Código Tributário Nacional).

Neste sentido, primando-se pela ininterruptão das atividades institucionais, optou-se por adotar medida prevista na Portaria PGFN Nº 33, publicada no DOU de 09/02/2018, que regulamenta a oferta antecipada de garantia em execução fiscal, dado que tal procedimento permite à Entidade, mediante aceitação da garantia ofertada, obter certidão de regularidade fiscal, sem que tenha de aguardar a morosidade do processamento do feito executivo (ajuizamento de execução fiscal, citação, oferecimento de embargos à execução).

O referido procedimento tem prazo de 30 (trinta) dias e inicia após o efetivo recebimento pela Entidade da notificação de inscrição do débito fiscal em Dívida Ativa, conforme art. 6º, inciso II, alínea 'a', da Portaria PGFN Nº 33.

Até o presente momento, a UBEC ainda não recebeu notificação de inscrição do débito em Dívida Ativa. Tão logo ocorra, a Entidade irá ofertar bens imóveis de sua propriedade, instruído com a documentação necessária e nos termos exigidos pela referida Portaria PGFN 33/2018.

Uma vez aceita a oferta antecipada de garantia, o Procurador da Fazenda Nacional deverá promover o ajuizamento da execução fiscal correspondente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação, indicando à penhora os bens ofertados. Destarte, após regular citação no feito executivo a iniciar, a Entidade irá apresentar os seus embargos do devedor em face da execução fiscal, dando início a discussão judicial acerca dos débitos fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes--Continuação

a) Descrição--continuação

Importante destacar que, paralelamente ao transcurso dos débitos fiscais, a UBEC obteve decisão judicial reconhecendo-lhe o direito de fruir da imunidade tributária às contribuições sociais, previsto no §7º, do art. 195, da Constituição Federal de 1988.

Em julgamento ocorrido em 04 de fevereiro de 2020, a Sétima Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, examinando Embargos de Declaração opostos pela UBEC em face de Acórdão que havia reformado integralmente sentença procedente proferida na Ação Declaratória 0024881-90.2002.4.01.3400, decidiu por dar-lhe provimento, com efeitos modificativos, negando provimento à apelação interposta pela Fazenda Nacional e Ministério Público. Desta forma, foi restabelecida a sentença de 1º grau, que declarava em favor da UBEC o direito de usufruir da mencionada imunidade. Tal decisão, caso venha a ser mantida e transitada em julgado, poderá ser um fator de peso para a discussão judicial dos débitos fiscais em comento.

b) Contingências classificadas como risco de perdas possíveis (não provisionadas no balanço)

A Entidade tem ações de naturezas cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possível pela Administração, no montante de R\$6.765 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.879 em 31 de dezembro de 2019) com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

As principais contingências estão relacionadas a ações cíveis e referem-se a processos judiciais movidos em sua maioria por danos morais e materiais.

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	129	5.212	54	3.003
Trabalhistas	21	1.191	16	535
Tributários	6	362	7	2.341
Total	156	6.765	77	5.879

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes--Continuação

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referem-se relevantemente à natureza trabalhista, cujos saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Processos trabalhistas	3.089	3.264
Processos cíveis	2.165	2.279
Processos tributários	487	487
	<u>5.741</u>	<u>6.030</u>

Apresentamos, a seguir, a movimentação da rubrica de depósitos judiciais:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	6.030	4.561
(+) Adições	658	3.356
(-) Baixas	(947)	(1.887)
Saldo final	<u>5.741</u>	<u>6.030</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

A UBEC aplica as subvenções e as doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas, integralmente em território nacional, para a manutenção e a ampliação de suas finalidades estatutárias, na forma da lei, suas rendas e seus recursos, bem como o resultado apurado nos exercícios sociais.

Em virtudes dos últimos resultados deficitários, a conta de patrimônio social no balanço está negativa, e para reverter essa situação a administração da UBEC implantou e continua implantando medidas intensas, desde a implantação de novas funções ou a extinção de outras, busca constante de melhorias nos processos internos das unidades de missão de todo o grupo com o objetivo de garantir melhor performance e consequentemente a perspectiva de resultados superavitários, que em 2020 um ano difícil para todos, foi visível que as escolhas da administração foram positivas e que em curto a médio prazo o grupo volte a crescer de maneira saudável e sustentável.

A conta de ajuste de avaliações patrimoniais refere-se ao registro da mais valia dos bens imóveis da Entidade quando da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado em 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

A amortização da mais valia das edificações é calculada de acordo com as taxas de depreciação dos imóveis, conforme Nota Informativa nº 10a. Terrenos, por não sofrer depreciação ou amortização, permanecerá no patrimônio líquido. A sua realização ocorrerá somente pela venda ou doação.

21. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a) Receita líquida de serviços:

	2020	2019
Receita de mensalidades (a)	369.852	387.022
Prestação de serviços (b)	1.557	2.704
Receita de convênios (c)	5.180	5.711
Receita SUS (d)	2.832	2.312
Serviços médicos hospitalares	23	51
Receita bruta de vendas	379.444	397.800
Bolsa Prouni integral (e)	(42.375)	(42.940)
Bolsa Prouni parcial (e)	(330)	(225)
Bolsa social integral (e)	(9.701)	(10.338)
Bolsa social parcial (e)	(2.411)	(3.372)
Bolsas funcionais (f)	(7.776)	(8.474)
Descontos concedidos sobre mensalidades (g)	(36.731)	(32.958)
Devoluções e cancelamentos (h)	(9.676)	(6.002)
Outras deduções	(2.234)	(3.839)
Gratuidade concedida - Serviços médicos hospitalares	(23)	(51)
Deduções da receita	(111.257)	(108.199)
Receita líquida	268.187	289.601

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados--Continuação

a) Receita líquida de serviços--Continuação

- (a) Receita de mensalidades: é composta por mensalidades do ensino superior e ensino básico incluindo os encargos por atraso de mensalidades.
- (b) Receitas com serviços: trata-se de atividades extracurriculares que os alunos realizam nas instituições mantidas, como práticas esportivas, taxa de vestibular, curso pré-vestibular, entre outros.
- (c) Receita de convênios: As Instituições de ensino superior firmam convênios com empresas públicas/privadas, para difundir o conhecimento com o intuito de beneficiar a sociedade com novas descobertas. Destaca-se o convênio: UCB/APPLE (R\$1.706)
- (d) Receita SUS/Unileste: Contrato firmado entre a Unileste/MG e a Prefeitura de Ipatinga/MG para prestação de serviços nas áreas de fisioterapia e reabilitação física.
- (e) Bolsa Prouni e Social: Dentro de seus objetivos estatutários e para cumprimento da filantropia, a Entidade aplica parte substancial de seus recursos na concessão de bolsas de estudos.
- (f) Bolsa funcional: São bolsas concedidas aos colaboradores e/ou seus dependentes por força de convenção coletiva de trabalho.
- (g) Descontos concedidos sobre mensalidades: Substancialmente trata-se de descontos condicionados ao pagamento das mensalidades no prazo de vencimento.
- (h) Devoluções e cancelamentos: Trata-se de devoluções e cancelamentos de mensalidades.

b) Custo dos serviços prestados

Esta rubrica representa a alocação dos custos diretos relacionados à prestação de serviço. Cada uma das mantidas da UBEC representa centros de custos distintos.

	2020	2019
Custos SUS		
Salários	(782)	(800)
Encargos sociais	(63)	(68)
Benefícios	(70)	(71)
Despesas com material de consumo	(922)	(697)
Serviços de terceiros	(2)	(2)
Despesas com viagens	-	(2)
Despesas com transporte	-	(1)
Depreciação e amortização	(5)	(8)
	(1.844)	(1.649)
Custos educação		
Salários	(115.797)	(137.010)
Encargos sociais	(15.698)	(17.440)
Benefícios	(8.250)	(9.077)
Despesas com material de consumo	(1.051)	(1.759)
Serviços de terceiros	(3.785)	(5.639)
Despesas com manutenção	(500)	(768)
Utilidades e serviços	(328)	(685)
Despesas com viagens	(20)	(382)
Despesas com transporte	(47)	(659)
Depreciação e amortização	(7.506)	(8.237)
	(152.982)	(181.656)
	(154.826)	(183.305)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados--Continuação

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários, benefícios e encargos	(49.847)	(64.218)
Despesas com material de consumo	(1.537)	(4.098)
Serviços de terceiros	(13.405)	(16.684)
Propaganda e publicidade	(8.328)	(18.706)
Despesas com manutenção	(2.639)	(4.669)
Utilidades e serviços	(8.216)	(11.064)
Despesas com viagens	(206)	(1.201)
Despesas com transporte	(566)	(1.935)
Depreciação e amortização	(10.072)	(11.726)
Despesas com encargos educacionais	(258)	(187)
Outras despesas	(5.011)	(5.850)
	<u>(100.085)</u>	<u>(140.338)</u>

d) Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de aluguéis	758	960
Doação recebidas	1	41
Ressarcimento/Outros	(11)	6.835
	<u>748</u>	<u>7.836</u>

Destacamos a seguir a natureza das principais rubricas:

- Receita de aluguéis: refere-se à locação de espaço físico para o funcionamento de lanchonetes nas Instituições mantidas e para realização de eventos/aplicação de provas por outras empresas.
- Doações recebidas: refere-se a recebimento de materiais didáticos recebidos por bonificação dos fornecedores.
- Ressarcimento/Outros: o saldo de 2019 é substancialmente representado por receita na venda de ativo imobilizado e propriedades para investimento (R\$5.741) e ganhos na baixa de passivos relacionados a recebimentos a maior de alunos que estavam em aberto a mais de cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados--Continuação

e) Resultado financeiro

O grupo de receitas financeiras está composto principalmente pelos rendimentos obtidos com aplicações financeiras e os encargos referentes a renegociações de mensalidades. Vide composição a seguir:

	2020	2019
Receitas financeiras	5.598	9.150
Juros recebidos	8	26
Descontos obtidos	121	48
Variação cambial ativa	4	3
Rendimentos aplicações financeiras	1.114	4.466
Encargos por atraso sobre acordo de mensalidades	3.872	4.449
Atualização monetária - financiamento mensalidades	479	158
Despesas financeiras	(5.485)	(5.033)
Juros passivos	(1.554)	(2.123)
Juros sobre arrendamento mercantil CPC 06	(890)	(679)
Descontos concedidos	(231)	(30)
Despesas bancárias	(519)	(413)
Variação cambial passiva	(1)	(2)
Desconto financeiro sobre acordos a receber	(2.290)	(1.786)
Resultado financeiro	113	4.117

22. Trabalho voluntário

O trabalho voluntário foi precificado pelo valor justo da prestação de serviço, utilizando a tabela divulgada pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) de acordo com a média de remuneração dos conselheiros. Na UBEC o cálculo foi baseado no número de reuniões realizadas anualmente pelos membros da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

	2020	2019
Trabalho Voluntário		
Receita com trabalho voluntário	4.751	4.093
Despesa com trabalho voluntário	(4.751)	(4.093)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente por contas-correntes bancárias, saldos de aplicações financeiras, créditos a receber, fornecedores, arrendamentos, empréstimos e financiamentos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado (taxa de juros)
- Risco operacional

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras
- Contas a receber
- Fundo garantidor FIES
- Contas a pagar a fornecedores e outras
- Arrendamentos a pagar
- Empréstimos e financiamentos.

a) *Risco de crédito*

Representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber e outros créditos.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados--Continuação

Principais instrumentos financeiros--Continuação

b) *Risco de crédito*—Continuação

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, a exposição da UBEC ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A UBEC constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao potencial de perda na data do balanço. Esses valores e os critérios adotados estão mencionados na Nota Explicativa nº 5.

c) *Risco de liquidez*

Representa o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos estão representados pelas obrigações decorrentes do risco fiscal, fornecedores, empréstimos, financiamentos, obrigações sociais e trabalhistas.

A Administração declara que possui capacidade financeira de honrar com suas obrigações exigíveis e registradas nas demonstrações financeiras. O passivo relativo à provisão para riscos fiscais, detalhada na Nota Explicativa nº 19, não é atualmente exigível.

Em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de pagamentos para os passivos existentes da Entidade é apresentado a seguir:

	Aging de passivos em 31/12/2020					
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos existentes						
Empréstimos e financiamentos bancários	26.715	1.433	6.981	8.199	10.102	-
Arrendamentos	7.911	378	544	881	2.445	3.663
Fornecedores	3.661	3.234	427	-	-	-
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18.706	-	18.706	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	389.533	-	-	-	-	389.533
Obrigações trabalhistas e sociais	20.754	9.770	10.984	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições diversas	4.146	4.146	-	-	-	-
Obrigações com convênios	4.594	-	4.594	-	-	-
Adiantamento de clientes	7.685	-	7.685	-	-	-
Outros passivos	6.421	156	973	2.394	2.898	-
Total	490.126	19.127	50.884	11.474	15.445	393.196

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados--Continuação

Principais instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de liquidez--Continuação

	Aging de passivos em 31/12/2019					
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos existentes						
Empréstimos e financiamentos bancários	32.315	2.784	3.816	9.402	16.302	11
Arrendamentos	8.074	56	360	629	882	6.147
Fornecedores	10.182	6.489	3.693	-	-	-
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16.924	-	16.924	-	-	-
Provisão para riscos fiscais	380.223	-	-	-	-	380.223
Obrigações trabalhistas e sociais	16.983	3.613	13.370	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições diversas	5.361	5.361	-	-	-	-
Obrigações com convênios	4.681	-	4.681	-	-	-
Adiantamento de clientes	4.804	-	4.804	-	-	-
Outros passivos	588	-	172	-	416	-
Total	480.135	18.303	47.820	10.031	17.600	386.381

e) Risco de mercado (taxa de juros)

Representa o risco da Entidade à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados à atualização de passivos financeiros, em especial daqueles decorrentes de riscos fiscais (vide Nota Explicativa nº 19) e aos empréstimos/financiamentos contraídos de instituições financeiras (vide Nota Explicativa nº 13). A Administração da Entidade estima que não haja volatilidade relevante diante da exposição atualmente contratada.

f) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade estão classificados nas seguintes categorias:

- (1) Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (2) Custo amortizado.

As posições dos instrumentos financeiros da UBEC em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 eram as seguintes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados--Continuação

Classificação dos instrumentos financeiros--*Continuação*

	Categoria	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Aplicações financeiras temporárias	(1)	42.761	42.506
Recursos financeiros vinculados a convênios	(2)	1.971	1.171
Créditos a receber	(2)	48.178	37.749
Adiantamentos	(2)	9.875	11.377
Outros créditos	(2)	947	1.664
Fundo garantidor FIES	(2)	2.245	1.111
Aplicações financeiras vinculadas	(2)	14.051	15.834
Depósitos judiciais	(2)	5.741	6.030
		125.769	117.442
Passivo			
Fornecedores	(2)	3.661	10.182
Empréstimos e financiamentos	(2)	26.715	32.315
Arrendamentos a pagar	(2)	7.911	8.034
Adiamento de clientes	(2)	7.685	4.804
		45.972	55.335

g) Hierarquias de valores justos

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, os quais estão registrados pelos seus valores justos. Os diferentes níveis foram definidos da seguinte forma:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos semelhantes.

Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associado--Continuação

g) Hierarquias de valores justos--Continuação

A Entidade evidencia no quadro abaixo, os seus respectivos instrumentos financeiros, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras temporárias	-	42.761	-	42.761	-	42.506	-	42.506

h) *Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros*

O passivo financeiro da Entidade está parcialmente atrelado à variação do CDI, índice de reajuste dos contratos de financiamento. Além disso, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 7,95% a.a.

Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Entidade está exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 3 cenários diferentes, considerando somente a parcela do financiamento atrelada a indexador pós-fixado (CDI). Com base nos valores da CDI vigentes em 31 de dezembro de 2020, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados--Continuação

h) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Risco	Cenário (I) provável	Cenário (II) deterioração 25%	Cenário (III) deterioração 50%
CDI (%)	2,85	3,56	4,28
Resultado financeiro atrelado ao DI	362	453	544
Encargos financeiros adicionais - se confirmado o cenário	-	90	182

O ativo financeiro da Entidade está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações do CDI, adotando-se a data base 31 de dezembro de 2020, definimos o Cenário Provável para os 12 meses seguintes e a partir deste, simulamos variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

Risco	Cenário (I) provável	Cenário (II) 25%	Cenário (III) 50%
CDI (%)	2,85	2,14	1,43
Resultado financeiro atrelado ao DI	1.618	1.214	809
receitas financeiras - se confirmado o cenário	-	(404)	(809)

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

24. Outras informações

24.1. Partes relacionadas

Foram classificados como partes relacionadas os administradores da Entidade. Nesse contexto, as transações com partes relacionadas - administradores - estão restritas às remunerações por meio de salários e benefícios, para aqueles não estatutários, contratados pelo regime celetista. Os dirigentes estatutários não são remunerados.

24.2. Compromisso assumido – Construção de parque universitário

Em 2020 a Entidade, por meio da sua unidade de missão UCB, assinou um Termo de ajuste de conduta (TAC) com o Ministério Público do Distrito Federal, que celebra a construção e manutenção de um parque por parte da universidade nas proximidades ao campus de Taguatinga. Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade ainda não realizou desembolsos e nem concluiu o orçamento para a respectiva construção, não existindo nenhum outro impacto nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Impactos da pandemia da COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatada em Wuhan, China. No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou COVID-19 como uma "Pandemia".

Desde a declaração da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), do estado de pandemia do COVID-19, tem sido vivenciado um aumento significativo nas restrições globais nas atividades econômicas em quase todos os países, e no Brasil não poderia ser diferente, desde recomendações de isolamento social a restrição de circulação ("*lockdown*"), como forma de conter o avanço da disseminação do vírus.

A Entidade implementou medidas de forma a manter nossa prestação de serviços assim como todo o suporte necessário para a condução dos negócios. Entre as medidas implementadas incluem a utilização de recursos de tecnologia da informação para oferecer aulas ao vivo, utilizando plataformas sistêmicas de comunicação e colaboração online mantendo os níveis de qualidade contratados pelos alunos presenciais; a manutenção normal das aulas na modalidade EAD e a continuidade de nossos processos de negócios, mesmo à distância, que estão operando com reduzida perda de eficiência. No exercício de 2020, foram perceptíveis os efeitos da pandemia da COVID-19, dentre os principais impactos no resultado da Entidade foram:

- (i) Foram criados descontos que tiveram por objetivo estimular a continuidade dos estudos dos alunos, buscando reduzir a evasão. Devido a pandemia ter sido decretada após o início do ano letivo, os maiores esforços foram na manutenção dos alunos e na qualidade do ensino, o que fez a com que a Administração resolvesse manter as aulas remotas mesmo após a permissão do poder público (nas regiões onde foi permitido), para colaborar com a redução da curva de contágio entre a comunidade acadêmica.
- (ii) A Entidade realizou uma gestão de caixa que buscasse trazer segurança para enfrentar as incertezas decorrentes do momento atual. Dentre as principais ações foram efetuadas reduções de gastos com viagens, prestadores de serviços, entre outros gastos gerais. Além disso, houve a adesão as medidas provisórias do governo federal para suspensão de contratos de trabalho, parcelamento de FGTS o que também contribuiu para redução dos gastos. Houve aumento de gastos com materiais de segurança e sanitários para garantir uma local saudável a todos os que necessitam estar de forma presencial nos espaços de ensino (estágios supervisionados) ou os alunos do ensino básico que necessitam de assistirem aulas presenciais. A Entidade, por possuir substancialmente suas unidades de ensino e administrativa em imóveis próprios, não foi afetada significativamente por todas as determinações dos governamentais de suspensão das atividades presenciais, e manutenção dos contratos de locação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Impactos da pandemia da COVID-19--Continuação

(iii) Foram realizados testes de impairment para as propriedades para investimento, imobilizado e intangível e, como resultado, não houve necessidade de realizar ajuste para redução ao valor recuperável desses ativos.

A UBEC mantém o monitoramento intensivo, através de comitê de crise executivo criado para tal fim, dos impactos potenciais do COVID-19.

José Romualdo Degasperi – Conselheiro Presidente

Weuds Warley Moreira – Diretor de Operações

Roseane Costa Rodrigues – Contadora CRC DF-015918/O

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Parecer do Conselho Fiscal

No dia 13 do mês de abril de 2021, das 8h:30min às 12h:30min horas, reuniram-se virtualmente, em conexão estabelecida desde a sede da União Brasileira de Educação Católica – denominada UBEC, localizada na SMPW Quadra 05, Conjunto 13, Lote 08 – Núcleo Bandeirante – Brasília – DF, os membros do Conselho Fiscal da UBEC, com a finalidade de analisar e apresentar parecer sobre as Demonstrações Financeiras da UBEC, exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Fundamentados no parecer dos Auditores Independentes, da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S, e em reunião nesta data com os mesmos, os membros do Conselho Fiscal aprovam as Demonstrações Financeiras de 2020. Entendendo que as mesmas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da UBEC em 31 de dezembro de 2020, das operações, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 13 de abril de 2021.

Ir. José Augusto Júnior
Presidente

Ir. Jacir Chini
Membro do Conselho Fiscal

Pe. Edson Márcio Pereira
Membro do Conselho Fiscal

João Vasconcelos Melo
Membro do Conselho Fiscal
Secretário

Marcio Sigaud Ferreira Filho
Membro do Conselho Fiscal